

# EXTREMA POBREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA: ANÁLISE DE UMA SIMULAÇÃO DE POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA A PARTIR DA MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO

Edna M. Tresinari<sup>1</sup>; Marlon N. Bertolani<sup>2</sup>; Lázaro C. Dias<sup>3</sup>

**Resumo:** O estudo discute a questão da pobreza e da extrema pobreza no Brasil, Espírito Santo e Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), destacando políticas federais e estaduais de transferência de renda. Fazendo uso da Matriz de Insumo-Produto da Região Metropolitana da Grande Vitória de 2015, é realizada uma análise de impacto de uma simulação de política de transferência de renda no volume de recursos necessários para se erradicar a extrema pobreza na RMGV. O volume anual de recursos, R\$ 562,27 milhões, foi obtido a partir do hiato de extrema pobreza. Os resultados destacam que, para cada real transferido aos mais pobres, ocorreria variação de 0,53% no PIB da RMGV, e o incremento na renda do trabalho seria de R\$ 0,35 a cada real de acréscimo no consumo. No que se refere à geração de postos de trabalho, elevação de 0,38%. Na produção, para cada real de aumento na demanda final via consumo do estrato de renda até meio salário mínimo na economia capixaba, o retorno seria de R\$ 1,43. Ao analisar os impactos por estratos de renda, conclui-se que a transferência de renda beneficia não só os mais pobres, mas toda a sociedade. A pobreza e a extrema pobreza, como fenômenos multidimensionais e complexos, impactam de diversas formas o cotidiano dos brasileiros e capixabas e as políticas de transferência de renda, que combatem até certo ponto as desigualdades e suportam a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, demandam alinhamento complementar de geração de oportunidades de trabalho e renda para os cidadãos.

**Palavras-chave:** Pobreza. Extrema pobreza. Matriz de Insumo-Produto. Políticas de transferência de renda.

**Abstract:** The study discusses the issue of poverty and extreme poverty in Brazil, Espírito Santo and the Greater Vitória Metropolitan Region (RMGV), highlighting federal and state income transfer policies. Using the 2015 Espírito Santo Input-Output Matrix, an analysis of the impact of an income transfer policy simulation on the volume of resources needed to eradicate extreme poverty in the RMGV is carried out. The annual volume of resources, R\$ 562.27 million, was obtained from the extreme poverty gap. The results highlight that, for each real transferred to the poorest, there would be a variation of 0.53% in the RMGV's GDP, and the increase in labor income would be R\$ 0.35 for each real increase in consumption. Not that it refers to the creation of jobs, an increase of 0.38%. In production, for each real increase in final demand via consumption of the income stratum up to ½ minimum wage in the Espírito Santo economy, the return would be R\$ 1.43. When analyzing the impacts by income statement, it is concluded that the income transfer benefits not only the poorest, but the entire society. Poverty and extreme poverty, as multifaceted and complex phenomena, have a profound impact on the daily lives of Brazilians and Espírito Santo citizens. While income transfer policies play a role in mitigating inequalities and supporting the promotion of a more just and equitable society, they require complementary efforts to generate work and income opportunities for citizens.

**Keywords:** Poverty. Extreme poverty. Input-Product Matrix. Income Transfer Policies.

---

<sup>1</sup> Instituto Jones dos Santos Neves. Email: [edna.morais@ijsn.es.gov.br](mailto:edna.morais@ijsn.es.gov.br).

<sup>2</sup> Instituto Jones dos Santos Neves. Email: [marlon.neves@ijsn.es.gov.br](mailto:marlon.neves@ijsn.es.gov.br).

<sup>3</sup> Unicamp. Email: [1289242@dac.unicamp.br](mailto:1289242@dac.unicamp.br).

## 1 INTRODUÇÃO

Abordando a pobreza como um conjunto de condições de carência, nas quais os indivíduos não conseguem atingir os padrões mínimos históricos e socialmente estabelecidos para uma vida e bem-estar digno, Barros, Henriques e Mendonça (2000) identificaram, no início do século XXI, que o Brasil não é uma nação intrinsecamente pobre, mas um país com muitos pobres, injusto e desigual. Entre os fatores imediatos que afetam a pobreza, estão a escassez e a disparidade na distribuição de recursos. Superar esses obstáculos exige a implementação de estratégias que envolvam o aumento da renda *per capita*, uma distribuição mais igualitária dessa renda e o fortalecimento de políticas públicas destinadas aos vulneráveis. No período compreendido entre 2003-2014, o Brasil experimentou a maior redução dos índices de pobreza desde 1976. Entretanto, após esse intervalo, a crise econômica agravada posteriormente pela pandemia de Covid-19, ocasionou a expansão da pobreza no país. Já em 2022, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC-Anual), indicaram uma queda significativa nas taxas de pobreza monetária.

Investimentos em políticas sociais de educação, saúde, assistência e em programas de transferência de renda podem reduzir a pobreza e, ainda mais importante, evitar privações e limites das liberdades das pessoas, inclusive para escolher projetos de vida que valorizam, mesmo sem haver crescimento econômico. Exemplos desse fato são o Auxílio Emergencial, articulado pelo Congresso Nacional e implementado pelo governo federal do Brasil, e o Cartão ES Solidário, programa de transferência de renda articulado e implementado no âmbito do governo do estado do Espírito Santo, no contexto pandêmico e de estagnação econômica que foram capazes de reduzir – ainda que temporariamente – a parcela de pobres no país e no estado.

O objetivo principal do presente estudo consiste em realizar uma avaliação do impacto através da simulação de uma política de transferência de renda no volume de recursos anual necessários para erradicar a extrema pobreza na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Tal política representaria um baixo custo (0,7% do PIB anual estimado para a região) e beneficiaria toda a sociedade, como demonstrarão os exercícios de simulação. A escolha da RMGV como foco da análise se baseou no fato dessa região apresentar um arranjo institucional voltado para a gestão metropolitana, com mecanismos de governança, como o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (COMDEVIT), planejamento e operação de funções públicas de interesse comum do estado e dos municípios que a integram, estabelecidos conforme a Lei Complementar (LC) nº 318, de 17 de janeiro de 2005.

A análise dos impactos foi realizada por meio da Matriz de Insumo-Produto (MIP) da microrregião metropolitana de 2015. A MIP é parte resultante do projeto do Desenvolvimento Regional Sustentável, coordenado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2021a). O volume anual de recursos para erradicação da extrema pobreza, R\$ 562,27 milhões, foi obtido a partir do hiato de extrema pobreza (IJSN, 2021b), ou seja, a quantidade de recurso adicional que cada cidadão abaixo da linha da extrema pobreza precisaria receber para alcançar a linha de US\$ 2,15 *per capita*/dia, ou R\$ 203,34 mensais em valores de 2022 (PPC de 2011).

Este texto conta com mais quatro seções. A primeira seção inicia-se com uma abordagem conceitual da pobreza como fenômeno multidimensional. A segunda aborda programas de transferência de renda com foco nas experiências nacional e capixaba. A terceira descreve os procedimentos metodológicos utilizados e o exercício proposto de simulação do impacto de um choque com base na transferência do volume anual de recursos necessários para erradicar a extrema pobreza na RMGV, utilizando-se da MIP e a avaliação da capacidade multiplicadora dos mais pobres, foram abordados na quarta seção. Ao final do estudo foram tecidas algumas considerações e conclusão.

## 2 POBREZA E POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Hagenaars e De Vos (1988 *apud* Kageyama; Hoffman, 2006) defendem que todas as definições de pobreza se adequam em uma das seguintes categorias: a) pobreza absoluta, ter menos do que um mínimo objetivamente definido; b) pobreza relativa, ter comparativamente, menos do que outros na sociedade; c) pobreza subjetiva, sentimento de que não se tem o suficiente para as necessidades, presentes e futuras. Por sua vez, a inovadora abordagem da privação de capacidades<sup>4</sup>, proposta por Amartya Sen, compreende a pobreza a partir de uma perspectiva multidimensional e vem sendo utilizada em diferentes campos de pesquisa. Nesse prisma, ser pobre não se reduz a uma privação material. Os funcionamentos — que segundo Sen (2001) são estados e ações relativos ao que uma pessoa pode ou não realizar com sua vida, como estar bem nutrido, gozar de boa saúde, participar da vida em comunidade, entre outros — constituem atividades ou estados valorizados pelas pessoas ao ponto de “ser” ou “fazer”, “se casar ou não”, “se alimentar adequadamente” etc. Combinações alternativas de funcionamentos<sup>5</sup> de possível realização configuram as capacidades. A capacidade, finalmente, tipifica uma liberdade. (Crespo; Gurovitz, 2002; Pinheiro, 2012).

### 2.1 A pobreza monetária e a questão da renda

A pobreza relativa dificulta a formação de capital, pois esta última afeta a capacidade de poupança. Cabe lembrar que, nos grupos relativamente mais pobres, a propensão a consumir é maior face ao elevado número de privações, a insuficiência de renda e a baixa capacidade de poupança (NURKSE, 1953). Sendo a renda condição necessária, mas não suficiente para evitá-la, a pobreza tende a variar de acordo com características pessoais e de circunstância. A escassez monetária configura o que Sen (2001) classifica como inadequação de renda. Dessa forma, a pobreza é entendida como privação de capacidades básicas ao invés de meramente como baixo nível de renda, critério tradicional de identificação da pobreza (Sen, 2001). O combate à inadequação de renda também visa combater outras inadequações – tais como insegurança alimentar, analfabetismo, baixa-expectativa de vida etc. – no intuito de viabilizar a integração desses grupos socialmente, e profissionalmente, através da inserção qualificada no mercado de trabalho (Furtado, 2016).

No tocante à complexa relação entre a liberdade e a renda, Pinheiro (2012) explica que renda e riqueza não são fins em si mesmos, constituem-se em meios para obtenção de funcionalidades e viabilizam os processos de escolhas individuais, ou podem também significar resultado de um provável desenvolvimento. Duas cidadãs capixabas de mesma renda mensal podem atingir diferentes capacidades, por exemplo, se uma delas reside no município de Presidente Kennedy e é dona de uma propriedade rural e a outra reside com a família, em uma casa alugada na cidade de Vila Velha e possui um problema de saúde crônico. É esperado que a primeira cidadã alcance funcionalidades relacionadas a uma cesta de bens e serviços mais diversificada (alimentação, cultura, lazer etc.), por exemplo, quando comparada ao segundo caso. Note que, dois indivíduos de mesma renda, a depender de características específicas – como idade, gênero, uma enfermidade, localização da moradia – podem alcançar diferentes capacidades. As implicações dessas características impedem que a privação das capacidades (pobreza real) venha a ser amplamente compreendida a partir da variável renda.

---

4 Narayan (2000 *apud* Crespo; Gurovitz, 2002, p. 11) amplia a abordagem de Sen a partir de uma perspectiva multicultural.

5 É particularmente importante entender, do ponto de vista da elaboração e análise de políticas públicas de combate à pobreza, quais fatores afetam a capacidade dos indivíduos de transformarem determinada renda em funcionamentos. Portanto, atacar os problemas de baixa-renda e extrema pobreza não esgotam as outras carências de capacidades importantes ao desenvolvimento.

A abordagem da privação de capacidades também comporta a noção da pobreza como baixo nível de renda. Então se faz necessário, do ponto de vista analítico, estabelecer alguns critérios de mensuração a partir dos quais as políticas de redução da pobreza possam ser desenhadas, monitoradas e avaliadas acerca dos seus objetivos. Nos níveis macroeconômico e institucional, as transferências de renda realizadas pelo Estado podem ser usadas para melhorar a vida das pessoas (Pinheiro, 2012). Da mesma forma, o parâmetro da renda é mais fácil de ser usado, quantificado e implementado em modelos de políticas públicas e teorias da mudança, além de ser amplamente utilizado para construção de indicadores sociais internacionais (*e.g.* Nações Unidas com os objetivos do desenvolvimento sustentável) e nacionais (*e.g.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua “Síntese dos Indicadores Sociais”) (Soares, 2006; Silva, 2007; Rocha, 2013; Silva, 2018; IJSN, 2021a; IBGE, 2019).

Nesse sentido, o uso de linhas de pobreza monetária, estabelecidas com base na renda *per capita*, como parâmetros de mensuração de pobreza, tornou-se recorrente no âmbito das políticas públicas. As linhas monetárias de pobreza e extrema pobreza são os principais parâmetros utilizados internacionalmente para tratar do assunto. O IJSN atualmente utiliza em seus estudos sobre a pobreza no Brasil e no Espírito Santo as seguintes linhas sugeridas pelo Banco Mundial: US\$ 6,85, *per capita*/dia, ou R\$ 647,84 mensais (PPC de 2011), indicada para mensurar a pobreza em países com renda média alta como o Brasil e US\$ 2,15, *capita*/dia, ou R\$ 203,34 mensais (PPC de 2011) para a extrema pobreza.

## **2.2 Pobreza monetária no Brasil, Espírito Santo e Região Metropolitana da Grande Vitória**

No Brasil, tivemos alguns períodos de quedas expressivas nas taxas de pobreza. A redução de 18 pontos percentuais na pobreza absoluta ocorrida entre 2003 e 2014, foi a maior desde 1976, e fez a população pobre no país recuar para um décimo da população<sup>6</sup>. Períodos com reduções importantes foram observados entre 1993 e 1995, no pós-Plano Real, quando a variação foi cerca de 7 pontos e entre 1976 e 1986, quando a pobreza diminuiu 14 pontos percentuais (Kerstenetzky, 2017). Variações no Espírito Santo e especificamente na RMGV podem estar relacionadas ao contexto socioeconômico e político do país.

Após um período de aumento da pobreza monetária e de retorno ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2022, o Brasil apresentou queda significativa nas taxas de pobreza e de extrema pobreza, ambas mensuradas com base na renda domiciliar *per capita*. Segundo a PNADC-anual, a pobreza e a extrema pobreza atingiram respectivamente 33,0% e 6,4% da população brasileira. Esses números representam redução de -5,2 p.p. na pobreza e 3,0 p.p. na extrema pobreza comparativamente ao ano de 2021. Um ano após ter registrado os índices mais elevados de pobreza e extrema pobreza, o percentual de pobreza no país alcançou o menor valor<sup>7</sup> desde que a série histórica anual foi criada em 2012.

De acordo com os dados da PNADC-Anual, em 2022 a estimativa de pobreza monetária no Espírito Santo foi de 26,8%. Com uma redução de 8,2 p.p. em relação ao ano anterior, o estado obteve o menor percentual de pobres desde 2012. A estimativa do número de pessoas pobres no ES foi de 1,1 milhão, o que corresponde a 325 mil pobres a menos que o observado no ano anterior. Em 2022, o percentual de extrema pobreza monetária no estado foi de 4,1%, número próximo do observado em 2019 (4,0%). Estima-se que em 2022 havia 169.128 pessoas extremamente pobres no estado, redução de 128 mil pessoas em relação ao ano anterior.

<sup>6</sup> Essa mensuração não foi feita a partir das linhas do Banco mundial como a que serve de parâmetro para o presente estudo, mas com base nas linhas de pobreza regionais calculadas pelo IPEA.

<sup>7</sup> Essa redução equivale a aproximadamente 10,4 milhões de brasileiros a menos vivendo com até R\$ 665,02 per capita mensais e cerca de 6,3 milhões de brasileiros a menos vivendo com até R\$ 208,73. Entretanto, os percentuais de pobreza permanecem elevados no país alcançando aproximadamente 70,7 milhões de pobres e 6,3 milhões de extremamente pobres.

A RMGV apresentou um percentual de pobreza monetária de 25,1%. Houve queda de -7,3 pontos percentuais em relação ao ano anterior (PNADC-Anual de 2022). Isso equivale a aproximadamente 515,7 mil pessoas pobres. O percentual de extrema pobreza monetária na RMGV foi de 4,6%, queda de -2,6 p.p. em relação a 2021. Esse percentual (4,6%) representa uma estimativa de 94,5 mil pessoas na condição de extrema pobreza. Estima-se que a RMGV concentra cerca de 55,9% das pessoas extremamente pobres do estado.

A estimativa de pobreza e extrema pobreza corresponde a porcentagem que o número de pobres cadastrados representa no total da população do estado ou da microrregião obtida por meio dos dados do Censo de 2022 do IBGE. Mensura a parcela da população que vive com renda *per capita* abaixo das linhas de pobreza e de extrema pobreza. O hiato de pobreza (ou extrema pobreza) é o indicador que mensura a quantidade de recurso adicional que cada indivíduo abaixo da linha de pobreza (ou extrema pobreza) precisaria receber para que alcance a referida linha. O hiato médio de pobreza de um determinado grupo que pode ser a população de um dado município, uma microrregião, estado etc. indica quanto falta em média, em termos monetários, para que os indivíduos alcancem a linha de pobreza ou extrema pobreza. Entre as microrregiões do Espírito Santo<sup>8</sup>, a metropolitana apresenta o maior hiato de pobreza (64,8%) e de extrema pobreza (44,4%), das famílias inscritas no Cadastro Único.

### **2.3 Volume de investimento necessário para erradicação da pobreza no Espírito Santo**

Com base no hiato de pobreza, obtém-se o volume de recursos anual necessário para erradicar a pobreza e a extrema pobreza, considerando uma transferência perfeitamente focalizada e desconsiderando os custos com operações bancárias e burocracia. No presente estudo, considera-se como erradicação da pobreza a transferência de um volume de recursos anual suficiente para elevar a renda *per capita* das pessoas extremamente pobres inscritas no Cadastro Único acima da linha de extrema pobreza. Não são considerados efeitos como, por exemplo, a migração de pessoas extremamente pobres de outras regiões do estado ou de outros estados. Na RMGV, segundo os cálculos realizados com base nos dados do Cadastro Único, o volume de recursos anual para erradicação da pobreza e da extrema pobreza corresponde a R\$ 2.611,8 bilhões e R\$ 562,2 milhões, respectivamente (IJSN 2022).

O valor calculado se refere ao volume total e não ao adicional de recursos necessários, uma vez que não considera o que já é gasto com os programas de transferência de renda dos governos federal e estadual, dado que o objetivo principal do estudo é simular como as transferências impactam a economia capixaba em termos de retorno desses investimentos para a sociedade e não procurar o valor exato de um programa de transferência de renda capaz de erradicar a extrema pobreza. Considerando o PIB nominal, calculado pelo IJSN (2022), o montante de todos os bens e serviços produzidos na RMGV, em 2020, somaria cerca de R\$ 79,7 bilhões. Usando esse valor como denominador, o volume de recursos anual necessário para erradicar a pobreza e a extrema pobreza na RMGV representa aproximadamente 3,3% e 0,7% do PIB anual estimado, respectivamente. Observa-se, que o aporte de recursos públicos para acabar com a extrema pobreza na RMGV representa cerca 21,5% do volume de recursos necessários para erradicar a pobreza. A próxima seção trata brevemente de políticas de transferência de renda com ênfase no Brasil e no Espírito Santo.

---

<sup>8</sup> Para uma análise completa do perfil da pobreza e extrema pobreza no estado do Espírito Santo, sugere a leitura de Perfil da pobreza no Espírito Santo: famílias inscritas no CadÚnico (IJSN, 2021b).

### **3 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO**

Ao longo dos anos 1990, observou-se uma expansão significativa de políticas sociais na América Latina com ênfase em programas de transferência direta de renda para a população mais pobre. Nessa esteira, uma vasta diversidade de estudos, pesquisas e avaliações de políticas públicas têm demonstrado que a transferência de renda aos mais pobres impacta de forma significativa a vida desses sujeitos e da sociedade como um todo (SOARES; SOARES; MEDEIROS; OSÓRIO, 2006; RODRIGUES; LOPES; PEROBELLI, 2009; COTTA; MACHADO, 2013; NERI; VAZ; SOUZA, 2013; SILVA, RIBEIRO; SOUZA, 2018; SESSA; MACHADO, 2022). No Brasil, dois programas se destacam e são melhor detalhados nesta seção: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). No contexto capixaba, o programa Bolsa Capixaba é o principal.

O PBF, criado em outubro de 2003, surgiu com o intuito de unificar todos os programas de transferência de renda, a partir de um único cadastro, facilitando a gestão e distribuição de recursos. O PBF é uma política de transferência de renda mensal, cuja seleção dos beneficiários é realizada por meio do Cadastro Único e que exige das famílias beneficiárias, contrapartidas atreladas à saúde e educação. A seleção é feita com base nas características levantadas no Cadastro Único. O operador no município preenche o cadastro e observa os critérios para conceder o benefício, o cadastro é constantemente fiscalizado pelo governo federal com cruzamento de base de dados e as cotas (número de beneficiários) também são definidas no nível federal com base no número de pobres levantado através do Censo. Por sua vez, o BPC destina-se a pessoas com deficiência severa, de qualquer idade, e idosos maiores de 65 anos — ambos os casos são elegíveis quando a renda familiar *per capita* é inferior a um quarto de salário mínimo. Cabe mencionar que, em 9 de agosto de 2021, por meio da Medida Provisória nº 1.061, o Governo Federal, sobre a presidência de Jair Messias Bolsonaro, instituiu o Programa Auxílio Brasil (PAB). Conquanto, entre janeiro e março de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva retomou o PBF, mostrando que o PBF mostra-se mais vulnerável a flutuações e clima político em comparação ao BPC, assegurado na Carta de 1988 (Medeiros; Britto; Soares, 2007).

O Programa Bolsa Capixaba (PBC) completa em 2022 uma década. Em 2013, com a expansão do Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP) no âmbito do PBF, o Espírito Santo foi um dos estados que manteve seu programa de transferência próprio, adotando inclusive linha estadual de extrema pobreza definida em valores acima da linha federal (Licio *et al.*, 2020). O PBC passou por uma avaliação de processo produzida por meio de uma parceria envolvendo a Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades), o IJSN e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) no âmbito do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Simapp). De acordo com o modelo lógico do Bolsa Capixaba, o programa tem como problema central a insuficiência de renda das famílias capixabas.

Atualmente o PBC transfere renda para famílias inscritas no Cadastro Único com renda até R\$ 155 que não são beneficiárias do PBF.

### **4 FONTE DE DADOS E METODOLOGIA**

Nesta seção, será apresentada a metodologia utilizada para mensurar os impactos da transferência de renda no volume de recursos necessários para erradicar a extrema pobreza na RMGV, conforme proposto neste trabalho. A abordagem baseia-se nos trabalhos de Lopes, Rodrigues e Perobelli (2009), que empregam a Matriz de Insumo-Produto (MIP) brasileira de 2005 para estimar variações setoriais em resposta a um aumento na demanda, resultando no

crescimento da renda de todos os estratos sociais. Ao analisar os efeitos multiplicadores das transferências sociais sobre os agregados econômicos do Sistema de Contas Nacionais (SCN), utilizando uma Matriz de Contabilidade Social (MCS) de 2009, Neri, Vaz e Souza (2013) concluíram que transferências sociais direcionadas aos mais pobres, como o PBF, têm impactos mais significativos na economia. E ainda Sessa e Machado (2022), que estimaram o impacto das transferências de renda, como o Auxílio Emergencial, utilizando a MIP. Adicionalmente às referências mencionadas, esta análise incorpora contribuições metodológicas relacionadas à especificação dos déficits de renda e consumo da RMGV e do Espírito Santo. Assim, em linha com o referencial regional existente, este estudo utiliza a MIP e multiplicadores, a fim de mensurar os impactos de erradicar a extrema pobreza na RMGV e de avaliar a capacidade multiplicadora de produção e renda dos mais pobres. Para tanto, considerou-se a estrutura de consumo das famílias com renda de até meio salário mínimo extraído da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), no sentido de aproximar a estrutura do consumo das famílias consideradas mais pobres, já que os recursos seriam transferidos para esse público, e examinar a propagação dessas transferências.

#### **4.1 Indicadores de pobreza e extrema pobreza**

Os indicadores de pobreza e extrema pobreza abordados neste trabalho foram construídos com base nas informações contidas na PNADC-Anual e no Cadastro Único do Governo Federal. O Cadastro Único é fundamental para a identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda e seleção de beneficiários de programas federais e estaduais. Este instrumento incorpora dados de famílias que tenham renda *per capita* de até meio salário mínimo ou renda familiar de até três salários mínimos. Não obstante, famílias com renda superior a meio salário mínimo *per capita* poderão ser incluídas no cadastro, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, pelos estados ou pelos municípios.

Os dados de renda *per capita* do Cadastro Único foram utilizados para definir o volume de recursos anuais necessários para a erradicação da extrema pobreza no Espírito Santo. No cálculo dos percentuais e estimativas de pobreza e extrema pobreza, foram utilizadas as linhas sugeridas pelo Banco Mundial, respectivamente: US\$ 6,85 *capita*/dia, ou R\$ 647,84 mensais (PPC de 2011), indicada para mensurar a pobreza em países com renda média alta como o Brasil, e US\$ 2,15 *capita*/dia, ou R\$ 203,34 mensais (PPC de 2011) para a extrema pobreza. Os indicadores calculados a partir das informações do Cadastro Único não levaram em consideração a renda obtida por meio dos programas de transferência de renda.

A partir dos dados do Cadastro Único, é possível estimar o percentual que o número de pobres e extremamente pobres cadastrados representa na população do estado, microrregião e município. A estimativa de pobres e de extremamente pobres indica, em termos percentuais, a parcela da população que se encontra em situação de pobreza ou de extrema pobreza monetária. Os percentuais de pobreza e de extrema pobreza consistem na porcentagem de pessoas na população cadastrada, com renda domiciliar *per capita* inferior às linhas de pobreza e extrema pobreza estabelecidas. Esse indicador mede o grau de pobreza na população cadastrada e sinaliza o alcance do Cadastro Único em relação à população em situação de pobreza e extrema pobreza monetária. Cabe ressaltar que, a população extremamente pobre também é contada como pobre, uma vez que a linha de extrema pobreza é inferior à da pobreza; ou seja, quem ganha menos de R\$ 203,34 mensais, também recebe menos que R\$ 647,84 mensais.

#### **4.2 Fonte e tratamento dos dados**

A análise teve como base as informações da MIP do Espírito Santo de 2015, calculada pelo IJSN (IJSN, 2020), e da MIP da microrregião metropolitana de 2015, resultado do trabalho

elaborado no projeto do DRS, sob coordenação do IJSN (IJSN, 2021a). Composta por 35 setores econômicos, a ferramenta foi construída a partir da Tabela de Recursos e Usos do Espírito Santo (TRU/ES), também para o ano de 2015. Embora com defasagem, como consideramos que a estrutura econômica não se altera muito em cinco anos, é razoável acreditar que a utilização da ferramenta continua válida.

A estrutura de consumo das famílias por classe de renda domiciliar *per capita*, foi extraída da POF de 2008/2009 e desagregadas em dez faixas de renda (décimos de renda) considerando a disponibilidade de dados específica para a RMGV. A partir dos valores de consumo por produto, obteve-se a participação do consumo das famílias pertencentes a cada um dos estratos de renda no consumo total das famílias agrupadas e compatibilizadas com os 35 setores econômicos da MIP/RMGV 2015. Cabe ainda destacar que, embora dados mais recentes da POF (2017/2018) estejam disponíveis, utilizou-se a pesquisa de 2008/2009 pelo fato de ter sido a base para construção do vetor de consumo das famílias da MIP.

As informações de remuneração, tiveram como base o Censo de 2010 e foram harmonizados com as mesmas classes da POF. A partir desses valores, encontrou-se a participação da remuneração de cada estrato de renda na remuneração total das famílias por atividade econômica, agregada nos 35 setores da MIP/RMGV 2015. Como esses resultados foram dados a valores correntes de 2015, ano de referência da MIP utilizada no cálculo dos multiplicadores, para valorar os impactos para o final do ano de 2022, foi realizada a atualização visando expurgar os efeitos do processo inflacionário. Para corrigir os valores dos impactos, utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da RMGV, indicador que avalia a variação de preços para cada faixa de renda.

### **4.3 O modelo Insumo-Produto**

Uma MIP é uma ferramenta de análise da estrutura econômica (oferta e demanda) de forma desagregada, que mostra a intensidade da interdependência entre atividades produtivas em relação aos insumos e produtos e a relação destas atividades com a demanda final. Esse sistema de dados consiste em uma matriz quadrada que apresenta ao longo de suas linhas e colunas os fluxos de insumos e produtos entre os principais setores de atividade da economia. Com efeito, pode-se dizer que a MIP é uma representação estática do sistema econômico de uma região em determinado período e, como tal, apresenta-se como um importante instrumento de análise econômica. De fato, conforme apontado por Ipardes (2014), esta ferramenta vem sendo frequentemente utilizada em análises econômicas, como apoio ao planejamento regional, em virtude do elevado número de informações que contém. A MIP nos permite medir a intensidade das interdependências entre a estrutura produtiva por meio do modelo de multiplicadores ao verificar a influência de mudanças em um setor da economia e de seus desdobramentos entre outros setores, seus efeitos na atividade, diretos e indiretos, bem como a sua influência sobre o uso dos fatores de produção e a utilização desses por parte das instituições (Guilhoto, 2005). Em síntese, o indicador aponta quais são as atividades que mais exercem impactos sobre a estrutura econômica, contribuindo dessa forma, para a elaboração de políticas públicas mais assertivas.

Ao colocar em destaque as articulações entre as atividades existentes no sistema econômico, a MIP torna possível verificar e compreender a profundidade e repercussões desses inter-relacionamentos. Isso é possível por meio do cálculo dos multiplicadores de diversas variáveis macroeconômicas de interesse e da decomposição desses em diferentes tipos de efeitos (na atividade, direto, indireto e total). Assim, é possível adicionar informações à análise definindo multiplicadores de impacto para variáveis econômicas de interesse, tais como salário, emprego, produção etc., e quantificar a cadeia de efeitos sobre a economia por tipo de multiplicador, com base em variações na demanda final. Segundo Feijó e Ramos (2017), os impactos mensurados pelos multiplicadores podem ser decompostos em três tipos de

indicadores: a) coeficiente direto, que mede o impacto das variações na demanda final relacionados à própria atividade (CD); b) multiplicador direto, que mede o impacto das variações na demanda final sobre as atividades que fornecem insumos diretamente; c) multiplicador total, que mede o impacto das variações na demanda final, relacionados a todas as atividades que fornecem insumos direta e indiretamente, inclusive sobre a própria atividade.

## 5 IMPACTO DE POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA PELA ÓTICA DA MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO

Esta seção apresenta os resultados do impacto na produção, rendimento do fator trabalho, emprego e PIB de uma política de transferência de renda para erradicar a extrema pobreza na RMGV e faz um comparativo com o Espírito Santo. Os resultados dos impactos foram definidos com base no produto entre o valor do choque (R\$ 562,20 milhões, volume de recursos necessários para erradicar a extrema pobreza) e o valor do multiplicador total por atividade para cada uma das variáveis selecionadas. Assim, os resultados apresentados exibem, em reais, quanto o incremento do consumo das famílias na demanda final, decorrente da hipótese de transferência de renda do valor anual necessário para erradicar a extrema pobreza, estimula a economia.

A Tabela 1 abaixo, apresenta em ordem decrescente as estimativas de impacto sobre a produção da RMGV em cada atividade, dado o aumento na demanda final via aumento no consumo das famílias, pressupondo a estrutura de consumo com renda de até meio salário. A ideia é mostrar quais setores de atividade são mais impactados quando ocorre uma expansão no consumo dos mais pobres. Percebe-se, ao considerar os encadeamentos da estrutura produtiva da RMGV e a cesta de mercadorias dos mais pobres, que o impacto sobre a produção da microrregião variaria entre +2,80% e +0%. Os setores mais beneficiados seriam alimentos e bebidas, supondo aumento de R\$ 126,97 milhões no consumo das famílias desse setor, geraria um estímulo de R\$ 156,79 milhões, o que significaria incremento de +2,80% em relação a produção antes do acréscimo de consumo. Em seguida, aparecem os setores de pecuária (+2,34%), serviços de informação (+1,81%), transportes (+1,24%) e fabricação de produtos da madeira, móveis e das indústrias diversas (+1,07%). Para as atividades industriais, os estímulos seriam menores por não fazer parte da cesta de mercadorias das famílias mais pobres.

Tabela 1: Estimativas de impacto sobre a produção da RMGV para a estrutura de consumo com renda de até ½ salário (em milhões R\$ INPC)

(continua)						
Nº	Atividades	Choque RMGV	Impacto RMGV	Varição RMGV	Choque ES	Varição ES
7	Alimentos e bebidas	126,97	156,79	2,80%	300,49	3,19%
2	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	5,77	7,74	2,34%	25,83	2,96%
23	Serviço de informação	185,65	202,41	1,81%	40,67	1,00%
20	Transporte	160,02	179,10	1,24%	93,01	0,75%
9	Fabricação de produtos da madeira, móveis e das indústrias diversas	6,47	7,40	1,07%	15,25	0,83%
17	Geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	15,80	34,27	0,99%	98,49	1,72%
33	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	2,92	4,69	0,96%	5,95	0,53%
34	Organizações associativas e outros serviços pessoais	14,87	17,38	0,74%	15,10	0,69%

1	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	4,19	4,48	0,66%	30,30	0,99%
8	Fabricação de produtos têxteis, artefatos do vestuário e acessórios, artefatos de couro e calçados	3,63	3,81	0,57%	8,63	0,47%
24	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	16,75	23,46	0,53%	22,36	0,48%
22	Alojamento e alimentação	2,59	12,17	0,46%	43,72	0,89%
25	Atividades imobiliárias	2,26	7,19	0,41%	258,39	1,74%
19	Comércio por atacado e a varejo	0,28	83,44	0,39%	30,30	0,32%
10	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	4,07	4,75	0,37%	13,86	0,43%
15	Fabricação de produtos de metal, máquinas e equipamentos	6,26	10,50	0,35%	8,43	0,23%
27	Atividades administrativas e serviços complementares	0,73	15,30	0,31%	2,48	0,28%
30	Educação privada	0,33	3,15	0,27%	31,37	1,44%
12	Fabricação de químicos, borracha e de material plásticos	1,60	4,46	0,20%	4,09	0,25%
11	Refino de petróleo, coquearias e fabricação de biocombustíveis	0,07	0,07	0,14%	0,72	0,22%
18	Construção	0,00	8,82	0,13%	0,00	0,04%
21	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,00	2,60	0,09%	0,20	0,11%
26	Atividades profissionais, científicas e técnicas	0,27	2,45	0,08%	11,17	0,28%

(conclusão)

Nº	Atividades	Choque RMGV	Impacto RMGV	Varição RMGV	Choque ES	Varição ES
13	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,48	2,88	0,08%	1,06	0,12%
3	Produção florestal; pesca e aquicultura	0,09	0,10	0,07%	5,48	1,22%
16	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, peças e outros equipamentos de transporte	0,08	0,26	0,05%	0,60	0,10%
4	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos e metálicos não ferrosos	0,00	0,09	0,02%	0,00	0,06%
14	Metalurgia	0,14	2,86	0,02%	0,20	0,01%
6	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,00	0,26	0,00%	0,00	0,00%
5	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,00	0,02	0,00%	0,00	0,00%
32	Saúde privada	0,00	0,00	0,00%	83,83	1,81%
35	Serviços domésticos	0,00	0,00	0,00%	0,86	0,06%
28	Administração Pública	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
29	Educação pública	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
31	Saúde pública	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>		<b>562,27</b>	<b>802,91</b>	<b>0,51%</b>	<b>1.152,80</b>	<b>0,55%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Para o Espírito Santo, a repercussão do crescimento do consumo sobre a produção seria mais intensa que na Metropolitana, com resultados entre +3,19% e +0,00%. Assim como na RMGV, alimentos e bebidas (+3,19%) e pecuária (+2,96%) seriam as atividades mais impactadas. Na sequência, saúde privada (+1,81%), atividades imobiliárias (+1,74%) e geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (+1,72%). Nesse aspecto, vale destacar a importância das políticas públicas setoriais voltadas as atividades prioritárias das populações de baixa renda, no que dizem respeito à alimentação, relevante cômputo tendo em vista os indicadores da fome e da insegurança alimentar no Brasil; a geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana, o que reflete particularmente as condições de inadequações do grande contingente de moradores em situação pobreza e extrema pobreza na RMGV e demais microrregiões do Espírito Santo; os serviços de informação; transportes; além das recorrentes demandas por habitação e regularização fundiária, identificadas como desafios a partir dos diagnósticos elaborados no âmbito do DRS.

Outro ponto relevante refere-se à predominância da pecuária em comparação com a agricultura. Observa-se que, embora a atividade agrícola tenha uma relevância significativa para o estado em termo de contribuição para o PIB, o consumo e impacto da pecuária destaca-se de maneira mais acentuada, sugerindo além de uma maior demanda dos mais pobres por produtos dessa atividade, a presença de cadeias produtivas mais complexas, tanto para o estado quanto para a RMGV. O resumo dos efeitos gerados nas demais variáveis selecionadas, a partir das variações na demanda final via consumo das famílias com renda de até meio salário e dos demais estratos, estão apresentados na Tabela 2. Observa-se que, mesmo com a existência de desigualdades na capacidade de consumo entre os grupos, uma vez que o consumo das famílias com renda de até meio salário é restrito a uma cesta de mercadorias com menos produtos, não houve diferenças significativas entre os resultados dos impactos dos grupos apresentados.

Em termos de produção, a expansão na demanda final dado pelo incremento no consumo dos mais pobres tem um efeito multiplicador da produção superior quando comparado aos estratos com capacidade de consumo mais alta, para cada real de aumento trará um retorno de R\$ 1,43 na produção da RMGV, enquanto nos estratos de consumo mais elevado, observa-se impactos menores quanto maior a renda, de R\$ 1,41 e R\$ 1,35 para cada real gasto (Tabela 2). No estado (Tabela 3), os acréscimos na produção variam menos que a Metropolitana, de R\$ 1,42 e R\$ 1,29 para cada real de crescimento da demanda, sendo o consumo dos mais pobres também os que registram maior impacto. Isso porque, o estrato dos mais pobres concentra boa parte do consumo no setor de alimentos e bebidas (maior variação dado uma expansão no consumo das famílias), um dos seis setores-chave da economia capixaba, que apresenta uma cadeia produtiva com forte inter-relação com os demais setores tanto para frente quanto para trás, a exemplo da agropecuária, produtos típicos da indústrias como a de química, plástico, entre outros, de serviços de transporte e armazenamento, alojamento e alimentação, serviço de informação, financeiros etc.

Os resultados para as outras variáveis são mais expressivos para as demais estruturas de consumo. No caso da estimativa de PIB — valor adicionado mais o total de impostos — tem-se que cada real de aumento do consumo na estrutura de até meio salário trará à economia da RMGV elevação de R\$ 0,77, a menor entre todas as faixas de renda, e R\$ 0,86 na estrutura de C7, com variações de +0,53% e +0,59%, respectivamente. Em relação a capacidade de geração de renda do trabalho, percebe-se elevação de R\$ 0,35 a cada real de acréscimo no consumo da faixa de até meio salário e R\$ 0,42 nos estratos C9 e C10, variando respectivamente, +0,49%; +0,59% e +0,58%. O crescimento nos postos de trabalho, seria em maior magnitude para C10 (+0,64%) do que para o estrato de até meio salário (+0,38%).

Cabe ainda destacar, que os impactos na economia capixaba são menos intensos para todas as variáveis analisadas. Em termos de PIB, os resultados ficariam entre R\$ 0,35 (C1) e R\$ 0,58 (C10) de expansão para real de aumento da demanda. Para renda do trabalho, R\$ 0,22

(R1) e R\$ 0,30 (C9) para cada real, enquanto para os empregos as variações ficariam entre +0,56% (C6) e +0,69% (C9).

Tabela 2: Estimativas para a RMGV (em milhões R\$ INPC 2022)

Variáveis selecionadas	C1			C2			C3			C4			C5		
	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque
<b>Choque</b>	562,27			562,27			562,27			562,27			562,27		
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	435,74	0,53%	0,77	453,33	0,56%	0,81	448,82	0,55%	0,8	460,01	0,56%	0,82	455,68	0,56%	0,81
<b>Produção</b>	802,91	0,51%	1,43	781,57	0,50%	1,39	795,29	0,51%	1,41	791,11	0,50%	1,41	789,13	0,50%	1,4
<b>Remunerações</b>	196,7	0,49%	0,35	220,18	0,55%	0,39	203,92	0,51%	0,36	211,71	0,53%	0,38	209,79	0,52%	0,37
<b>Empregos (unidades)</b>	3.835	0,38%		6.307	0,62%		4.318	0,43%		4.320	0,43%		4.252	0,42%	
Variáveis selecionadas	C6			C7			C8			C9			C10		
	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque
<b>Choque</b>	562,27			562,27			562,27			562,27			562,27		
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	474,79	0,58%	0,84	481,94	0,59%	0,86	474,68	0,58%	0,84	474,72	0,58%	0,84	468,42	0,57%	0,83
<b>Produção</b>	786,83	0,50%	1,4	781,59	0,50%	1,39	781,26	0,50%	1,39	766,18	0,49%	1,36	761,62	0,48%	1,35
<b>Remunerações</b>	223,36	0,56%	0,4	228,63	0,57%	0,41	231,21	0,58%	0,41	235,4	0,59%	0,42	234,15	0,58%	0,42
<b>Empregos (unidades)</b>	4.895	0,48%		5.696	0,56%		6.282	0,62%		6.246	0,62%		6.529	0,64%	

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O maior impacto desses estratos está relacionado ao efeito multiplicador dos setores da economia que eles demandam, ou seja, quanto maior o consumo das famílias nos setores com mais habilidade multiplicadora, maior será o impacto. A análise da renda exposta na Tabela 4, considera o potencial de geração específico do estrato de consumo de até meio salário em cada uma das faixas de renda e permite avaliar a habilidade de difusão do impacto do consumo dos mais pobres na renda.

Tabela 3: Estimativas para o Espírito Santo (em milhões R\$ INPC 2022)

Variáveis selecionadas	C1			C2			C3			C4			C5		
	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque
<b>Choque</b>	1.152,83			1.152,83			1.152,83			1.152,83			1.152,83		
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	407,26	0,58%	0,35	459,56	0,65%	0,4	447,2	0,64%	0,39	491,6	0,70%	0,43	513,78	0,73%	0,45
<b>Produção</b>	1.636,26	0,55%	1,42	1.611,53	0,54%	1,4	1.616,41	0,55%	1,4	1.593,04	0,54%	1,38	1.579,71	0,53%	1,37
<b>Remunerações</b>	257,76	0,38%	0,22	282,2	0,42%	0,24	268,5	0,40%	0,23	280,44	0,41%	0,24	293,26	0,43%	0,25
<b>Empregos (unidades)</b>	11.971	0,60%		12.003	0,61%		11.842	0,60%		11.248	0,57%		12.173	0,61%	
Variáveis selecionadas	C6			C7			C8			C9			C10		
	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque	Impacto	Variação	Variável/Choque
<b>Choque</b>	1.152,83			1.152,83			1.152,83			1.152,83			1.152,83		
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	521,34	0,74%	0,45	531,85	0,76%	0,46	526,73	0,75%	0,46	547,62	0,78%	0,48	665,23	0,95%	0,58
<b>Produção</b>	1.574,82	0,53%	1,37	1.568,54	0,53%	1,36	1.584	0,53%	1,37	1.571,71	0,53%	1,36	1.490,42	0,50%	1,29
<b>Remunerações</b>	264,31	0,39%	0,23	295,95	0,44%	0,26	330,48	0,49%	0,29	345,24	0,51%	0,3	334,66	0,49%	0,29
<b>Empregos (unidades)</b>	11.205	0,56%		12.141	0,61%		12.900	0,65%		13.732	0,69%		13.186	0,66%	

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Os resultados da simulação mostram que o consumo dos mais pobres é um gerador de renda para todas as faixas, com destaque para as rendas mais altas, inclusive para a sua própria classe de renda – tal como estudo de Rodrigues, Lopes e Perobelli (2009). Isso significa que, a estrutura de consumo desses estratos, demandam de setores em que a remuneração do trabalho é mais alta. Ademais, a análise revela que a alocação de recursos públicos em transferência de renda para os mais pobres além de mitigar a pobreza, diminuiria o risco de pessoas nas faixas de renda mais baixas ingressarem na pobreza monetária, algo fundamental para a redução da pobreza, especialmente em momentos de instabilidade econômica.

Assim, ressalta-se o fato de que a transferência de recursos aos mais pobres traz retornos para a economia como um todo e não apenas aos pobres. Mesmo que de imediato, em alguns aspectos, esses benefícios sejam menores comparativamente aos demais estratos com a diferença um pouco maior na comparação com os dois estratos de renda mais elevada, há de se considerar os ganhos de se erradicar a extrema pobreza monetária que reverberam em toda a

economia e em diferentes áreas como educação, saúde, segurança alimentar e segurança pública.

Tabela 4: Geradores de renda – consumo de até meio salário (%)

<b>Faixa de renda domiciliar per capita</b>	<b>Consumo até ½ salário (%)</b>
Faixa de renda 1	0,19
Faixa de renda 2	0,75
Faixa de renda 3	1,13
Faixa de renda 4	1,64
Faixa de renda 5	1,83
Faixa de renda 6	2,86
Faixa de renda 7	3,35
Faixa de renda 8	4,15
Faixa de renda 9	6,03
Faixa de renda 10	12,68
<b>TOTAL</b>	<b>34,60</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Verifica-se que o impulso de R\$ 1 milhão do consumo das famílias com renda de até meio salário cria R\$ 0,35 milhão de remuneração em toda economia. Também é possível saber, com base no potencial de geração, em qual classe de renda o consumo das famílias na faixa de até meio salário estimula mais renda.

## 6 CONCLUSÃO

Os resultados da simulação mostram a relevância e o impacto potencial positivo de programas de transferência de renda, especialmente direcionados às famílias extremamente pobres, na dinâmica econômica regional, corroborando estudos feitos em âmbito nacional. A utilização da MIP e dos multiplicadores proporcionou uma compreensão detalhada dos efeitos desse estímulo na produção, rendimento do fator trabalho, emprego e PIB na RMGV e no estado. Ao considerar a estrutura de consumo das famílias com renda de até meio salário mínimo, foi possível identificar os setores mais impactados por um aumento no consumo dessas famílias. Os resultados indicam que, para a RMGV, os setores de alimentos e bebidas, pecuários, serviços de informação, transportes e fabricação de produtos da madeira, móveis e indústrias diversas seriam os mais beneficiados, com efeitos positivos sobre a produção. Ressalta-se a importância de políticas públicas setoriais direcionadas às atividades prioritárias para as populações de baixa renda, como alimentação, geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana, serviços de informação, transportes, habitação e regularização fundiária. Os resultados indicam que a expansão na demanda, impulsionada pelo aumento no consumo das famílias mais pobres, tem um efeito multiplicador na produção, sendo mais expressivo do que nos estratos com capacidade de consumo mais alta. Isso destaca a importância socioeconômica dessas famílias e a contribuição significativa que programas de transferência de renda podem ter na promoção do crescimento econômico inclusivo.

O multiplicador da renda reitera os efeitos de transbordamento e externalidades positivas geradas por políticas no âmbito das transferências de renda, considerando a geração de renda para todas as outras faixas. Ainda que esse impacto seja menor se comparado aos estratos de renda mais elevados, em suma, devem-se considerar os ganhos advindos da erradicação da extrema pobreza e como isso beneficia toda a sociedade. Em consonância com

os argumentos da literatura, faz-se necessário apontar para o fato de que as políticas de transferência são capazes de ir até um certo ponto no combate às desigualdades e na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. O alinhamento dessas políticas, setoriais e/ou focalizadas, não dispensa a necessidade de geração de oportunidades complementares de trabalho e renda para os cidadãos. Os resultados desta pesquisa oferecem subsídios importantes para embasar decisões políticas e estratégicas, destacando a necessidade de considerar as especificidades regionais e setoriais ao planejado e implementar programas de transferência de renda, envolvendo não apenas a redução da pobreza extrema, mas também, o impulso à atividade econômica de forma sustentável e equitativa.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123- 142, 2000.

COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Rev Panam Salud Publica**. 2013;33(1):54–60.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE Eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, dez. 2002.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luis Olinto (org.). **Contabilidade social: a nova referência das contas nacionais do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2017.

GUILHOTO, Joaquim José Martins; SESSO FILHO, Umberto Antonio. Estimação da matriz insumo-produto a partir de dados preliminares das contas nacionais. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 2, p. 277-299, abr./jun. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Dinâmica regional do Espírito Santo: discussões a partir dos indicadores especializados das MIPs das Microrregiões**. Vitória, ES: IJSN, 2021a. (Caderno DRS, n. 6).

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Perfil da pobreza no Espírito Santo: famílias inscritas no CadÚnico**. Vitória, ES: IJSN, 2021b.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Perfil da pobreza no Espírito Santo: famílias inscritas no CadÚnico**. Vitória, ES: IJSN, 2022.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Tabela de recursos e usos e Matriz de Insumo-Produtos do Espírito Santo – 2015**. Vitória, ES: IJSN, 2020. (Nota técnica, n. 60).

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Modelo insumo-produto**: uma aplicação para a economia paranaense. Curitiba: Ipardes, 2014. (Nota técnica, n. 25).

KAGEYAMA, Angela Antonia; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 70-112, jan./jun. 2006.

KERSTENETZKY, CELIA LESSA. Foi um pássaro, foi um avião?: redistribuição no Brasil no século XXI. Dossiê políticas sociais e redistribuição. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 2. jul./out. 2017.

LICIO, Elaine Cristina; BARTHOLO, Letícia; CAMPOS FILHO, Antônio Claret; PASSOS, Luana. Coordenação federativa para superação da miséria: as pactuações estaduais com o programa bolsa família. *In*: JACCOUD, Luciana de Barros (org.). **Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras**. Brasília: Ipea, 2020.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio V. **Programas focalizados de transferência de renda no Brasil**: contribuições para o debate. Brasília, DF: Ipea, jun. 2007. (Texto para discussão, n. 1283).

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fábio Monteiro; SOUZA, Pedro Herculano G. F. de. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. *In*: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa bolsa família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p. 193-206.

NURKSE, Ragnar. **Problems of capital formation in underdeveloped countries**. Oxford: Basil Blackwell, 1953.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento**: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. Brasília, DF: Ipea, 2012. (Texto para discussão, n. 1794).

ROCHA, Sonia. Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, ago. 2006.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). *In*: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). **Transformando crise em oportunidade**: como o Brasil fez na Grande Depressão (anos 30) e na Crise do Petróleo (1973/83). Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2013.

RODRIGUES, Diego da Silva; LOPES, Bruno de Souza; PEROBELLI, Fernando Salgueiro. **Análise da variação de renda para a economia brasileira**: uma abordagem de insumo-produto. Juiz de Fora: FEA-UFJF, 2009. (Texto para discussão, n. 19).

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SESSA, Celso Bissoli; MACHADO, Daniel Guimarães. Do impacto do auxílio emergencial no Espírito Santo e no Brasil: uma análise insumo-produto. **Brasilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 3, 2022.

SILVA, Libania Araújo. **Estrutura produtiva, desigualdade regional e distribuição de renda**: dois ensaios para o estado da Bahia. 2018. 91 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Núcleo de Pós- Graduação em Economia, Universidade de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SILVA, Libania Araújo; RIBEIRO, Luiz Carlos Santana; SOUZA, Kênia Barreiro de. Estrutura produtiva e distribuição interpessoal de renda no estado da Bahia. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, dez. 2020.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, dez. 2007.

SOARES, Fábio Veras; SOARES, Sergei Suarez Dillon; MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. *In*: BARROS, Ricardo Paes de *et al.* (org.) **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília, DF: Ipea, 2007. p. 87-130.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Brasília, DF: Ipea, fev. 2006. (Texto para discussão, n. 1166).